

AMPARO JURÍDICO DA PESSOA IDOSA

AUTORES

Ana Vitória Reversi Nascimento, **Davi Fonseca de Castro**, Gabriele Aparecida Jovino de Araújo, **Gisele dos Santos Silva**, Karina dos Santos Polak, **Ludmilla de Fátima Ferreira**, Marco Aurélio Belinato Hattge

ORIENTADOR(A)

Pollianna Mesquita de Moraes

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população brasileira é uma realidade crescente. Segundo o IBGE, o Brasil possui mais de 37 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. Apesar dos avanços legislativos, muitos idosos ainda desconhecem os direitos garantidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Pessoa Idosa, especialmente aqueles relacionados à saúde, dignidade, prioridade no atendimento e acesso aos serviços públicos. Diante dessa realidade, o projeto de extensão foi desenvolvido com o objetivo de levar informação jurídica à comunidade, promovendo cidadania, autonomia e inclusão social.

OBJETIVO

Promover orientação jurídica e ampliar o conhecimento dos idosos sobre seus direitos e os programas públicos disponíveis, fortalecendo a cidadania e a inclusão social.

Objetivos específicos

- Informar sobre os direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa;
- Apresentar programas e benefícios destinados à terceira idade;
- Esclarecer dúvidas sobre acesso aos serviços públicos;
- Incentivar o respeito, a valorização e a proteção da pessoa idosa na comunidade.

METODOLOGIA

A ação de extensão foi realizada no CRAS, em Nova Mutum-MT, com idosos da comunidade e usuários da unidade de saúde. Inicialmente, foi promovida uma roda de conversa utilizando linguagem simples e acessível para apresentar os principais direitos garantidos pelo Estatuto da Pessoa Idosa, abordando temas como atendimento prioritário, Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), transporte gratuito, saúde, lazer, combate à violência e canais de denúncia. Ao final, os participantes receberam panfletos informativos contendo orientações e contatos dos serviços de apoio disponíveis no município.

RESULTADOS

A atividade proporcionou um momento de diálogo e troca de conhecimentos entre os acadêmicos e os participantes. Os idosos demonstraram interesse pelo tema, esclareceram dúvidas e compartilharam experiências relacionadas ao acesso aos seus direitos e aos serviços públicos. A distribuição dos panfletos reforçou as informações apresentadas e possibilitou que os participantes levassem esse conhecimento para seus familiares e conhecidos. Além de ampliar o conhecimento da comunidade, a ação fortaleceu o vínculo entre a universidade e a sociedade, evidenciando a importância da extensão universitária na promoção da cidadania e da dignidade da pessoa idosa.



CONCLUSÃO

O projeto demonstrou que a disseminação de informações jurídicas em linguagem acessível contribui para que a pessoa idosa conheça e exerça seus direitos com maior segurança. A experiência também reforçou o compromisso social da universidade, aproximando o conhecimento acadêmico da comunidade e promovendo cidadania, respeito e valorização da pessoa idosa.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 10.741/2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.
- BRASIL. Lei nº 8.842/1994 – Política Nacional do Idoso.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores Sociais, 2023.